

21 MAR 2019

BEMPARANÁ

OPERAÇÃO QUADRO NEGRO

Richa vai ao TJ-PR contra nova prisão

QUADRO NEGRO

Richa recorre ao TJ contra nova prisão

A defesa do ex-governador Beto Richa (PSDB) entrou ontem com recurso no Tribunal de Justiça do Paraná (TJ/PR) contra a prisão do tucano, ontem, em nova fase da Operação Quadro Negro, o Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco), do Ministério Público do Paraná, que investiga desvios de R\$ 22 milhões de recursos para a construção e reformas de escolas estaduais. Richa foi preso sob a acusação de obstrução da Justiça, por supostamente ter tentado “comprar” o silêncio do delator do caso, o ex-diretor-geral da Secretaria de Estado da Educação, Maurício Fani-

ni, além de agido para destruir provas e atrapalhar a investigação. Também foram presos o ex-secretário de Estado do Cerimonial, Ezequias Moreira, e o empresário Jorge Atherino, apontado pelo MP como “operador financeiro” do esquema.

O recurso deve ser avaliado pelo juiz substituto de segundo grau Mauro Bley Pereira Junior. Nelle, os advogados do tucano afirmam que as supostas tentativas de obstrução da Justiça alegadas na denúncia teriam ocorrido em 2015, e portanto não haveria como falar em risco para a instrução do processo. De acordo com a defesa, se-

ria “evidente a ausência da imprescindível contemporaneidade entre os fatos apurados e a decretação da prisão preventiva”.

Em setembro de 2018, Richa foi detido na operação Rádio Patrulha, também do Ministério Público Estadual, que investiga suspeitas de fraudes em licitações para obras em estradas rurais. Em janeiro, Richa foi preso na Operação Integração, desdobramento da Lava Jato na Justiça Federal, que apura um esquema de pagamento de propina por concessionárias do pedágio. Em ambos os casos, ele foi solto poucos dias depois, por decisões do Supremo Tribunal

Federal e do Superior Tribunal de Justiça. Além disso, o tucano havia obtido salvo-condutos do ministro do Supremo Tribunal Federal, Gilmar Mendes. As decisões de Mendes, porém, não alcançam a operação do Gaeco de terça-feira.

No despacho em que acautou o novo pedido de prisão de Richa, o juiz Fernando Bardelli Silva Fischer, da 9ª Vara Criminal de Curitiba, afirmou que dos crimes de “corrupção e fraude à licitação supostamente decorreram outras práticas criminosas que perduraram até o ano de 2017, como crimes de obstrução de investigações e lavagem de dinheiro”.

BEMPARANÁ

21 MAR 2019

Em cinco anos, casos de violência de filhos contra pais cresce 110%

No Paraná foram duas ocorrências por dia em 2016, que teve 799 registros; porém, números podem estar subnotificados

Rodolfo Luis Kowalski

Todos os dias há, em média, dois pais ou mães agredidos pelo próprio filho. E isso apenas no Paraná. É o que revelam dados do Ministério da Saúde, compilados a partir do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan Net). Apenas em 2016, foram 799 casos desse tipo no Estado. Já no Brasil como um todo, o número de ocorrências foi de 9.077 apenas no último ano com dados disponíveis, o que dá uma média de 25 casos por dia.

O número assusta. E aponta para uma crescente do problema ou, na melhor das hipóteses, uma maior evidência da questão. Prova disso é que em 2012 o Paraná havia registrado 379 casos de violência de filhos contra pais. Portanto, o número de 2016 é 110,8% maior do que o verificado cinco anos antes. A situação se repete no cenário nacional: foram 4.327 casos em 2012, ou seja, 2016 teve números 109,8% a mais.

Para especialistas, a realidade apresentada pelos números pode ser apenas a ponta do iceberg. “Estes são os casos de violência daquelas pessoas que já tiveram que ir ao posto de saúde. Ninguém vai ao posto de saúde por causa de uma ameaça”, aponta Julio Jacobo Waiselfisz, coordenador da Área de Estudos da Violência da Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (FLACSO).

Suzanne Jacob, coordenadora da ONG SafeLives, localizada no Reino Unido, corrobora com o sociólogo. Segundo ela, o problema é muito maior do que as estatísticas demonstram e por razões compreensíveis. “Quando o agressor é alguém próximo, apenas uma em cada cinco vítimas chama a polícia. É evidente porquê alguém seria menos suscetível a chamar a polícia para denunciar o seu filho, dadas as possíveis consequências para a própria pessoa e a criança.”

Num artigo intitulado “Violência dos filhos contra os pais”, o psicólogo espanhol Javier Urrea Portillo aponta como causas para o problema uma sociedade permissiva que ensina aos filhos os seus direitos, mas não os seus deveres; e que interpretou de forma equivocada o lema ‘não pôr limites’ e ‘deixar fazer’, abortando um correto amadurecimento. “O corpo social perdeu força moral”, avalia.

Pesquisas feitas fora do Brasil (onde o assunto ainda é incipiente), principalmente na Inglaterra, trazem ainda outros dados importantes. A violência de crianças e adolescentes contra os pais (CPV e APV, na sigla em inglês) são mais prevalentes em alguns grupos particulares: jovens com problemas mentais ou necessidades especiais; crianças adotadas; famílias que vivenciaram ou vivenciam casos de violência doméstica; e jovens que abusam de substâncias como álcool e outras drogas.

Esses mesmos estudos apontam, ainda, que jovens que fazem parte desses grupos de risco podem sofrer de uma “sobreposição de problemas diversos”. Traumas precoces, como negligência e o convívio com a violência doméstica, pode afetar a forma como essas pessoas lidam com o estresse. No caso de abuso de substâncias, o ataque podem acontecer durante o período de intoxicação ou por conta da fissura, com os filhos exigindo dinheiro por drogas. Já aqueles com problemas mentais podem apresentar altos níveis de ansiedade e não é preciso muito para fazê-los lutar, fugir ou travar.

Mundo

Estudos e levantamentos diversos feitos em países como Colômbia, Estados Unidos e Espanha apontam que cerca de 10% das famílias sofrem com agressões por parte dos filhos. E não há diferenciação com relação ao nível socioeconômico ou mesmo ao modelo familiar.

CONTINUA

21 MAR 2019

BEMPARANÁ

CONTINUAÇÃO

Problema atinge principalmente as mães

Em 2015, Rachel Condry, professora de criminologia na Universidade de Oxford, realizou o primeiro grande estudo sobre os casos de violência de adolescentes contra seus pais. E ela descobriu que em 77% dos casos a vítima é a mãe. Além disso, em 87% dos registros o autor das agressões é um filho do sexo masculino. “Por isso esse assunto deve ser levado tão a sério”, disse ela em entrevista ao jornal *The Guardian*, em dezembro do ano passado.

Um caso relatado pelo pediatra Ramon Resa ao jornal *HuffPost*, inclusive, ilustra bem esse cenário. Conta ele que uma mulher foi um dia até o seu consultório

acompanhada dos filhos, que se arrastavam atrás dela, amontoados. “Era óbvio que ela havia sofrido outro espancamento e que as crianças haviam testemunhado”, conta o médico.

O marido da vítima era preso, mas tão logo posto em liberdade, as ameaças e espancamentos voltavam acontecer. Até um dia em que ela fez outra visita ao médico. “Estava feliz e parecia dez anos mais jovem. O marido foi preso por outro crime e passaria anos na cadeia. Ela achou que os problemas haviam acabado. Mas estava errada. O filho a esfaqueou até a morte quando ela tentou impedi-lo de agredir a namorada.”

Paraná é o sexto em número de mortes de criança ou adolescente por arma de fogo

A cada 60 minutos, uma criança ou um adolescente morre no Brasil em decorrência de ferimentos por arma de fogo. Os dados fazem parte de um levantamento divulgado ontem pela Sociedade Brasileira de Pediatria. Em âmbito nacional, o Paraná aparece como o sexto estado brasileiro a contabilizar o maior número de óbitos na faixa etária pesquisada, no período de 1997 e 2016. Ao todo foram 8.111 mortes. À frente estão, por ordem decrescente, São Paulo (21.864), Rio de Janeiro (19.220), Bahia (13.813), Pernambuco (12.747) e Minas Gerais (11.214).

De acordo com o estudo, que considerou dados do Sistema de Informações sobre Mortalidade do Ministério da Saúde, em 2016, ano mais recente disponível, foram registrados 9.517 óbitos entre crianças e adolescentes no país. O número é praticamente o dobro do identificado há 20 anos — 4.846 casos em 1997 — e representa, em valores absolutos, o pico da série histórica.

VIOLÊNCIA DE FILHOS CONTRA PAIS

Ocorrências

Brasil	
2016	9.077
2015	7.396
2014	6.240
2013	5.767
2012	4.327
TOTAL	32.807
Paraná	
2016	799
2015	752
2014	696
2013	552
2012	379
TOTAL	3.178

Fonte: Ministério da Saúde/SVS - Sistema de Informação de Agravos de Notificação - Sinan Net

21 MAR 2019

BEMPARANÁ

Moro pede apoio a projeto anticrime

Com o adiamento da tramitação do seu pacote de medidas de segurança pública, o ministro da Justiça, Sergio Moro, aproveitou o lançamento da Frente Parlamentar de Segurança, a chamada Bancada da Bala, para pedir celeridade ao seu projeto. "Vou conversar respeitosamente com o presidente da Casa (Rodrigo Maia, DEM-RJ)", disse Moro. O ministro foi para o evento, realizado no Salão Negro do Congresso, direto da viagem aos Estados Unidos, onde acompanhou o presidente Jair Bolsonaro.

Maia adiou a tramitação do projeto enviado por Moro ao Congresso e disse que o pacote só deve entrar na pauta após a aprovação da Nova Previdência. Um grupo de cinco parlamentares foi criado para discutir a proposta até lá.

Moro disse que, em sua avaliação, seu pacote poderia tramitar em conjunto com a reforma da Previdência, sem prejuízos. Ele pediu que o Congresso dê atenção ao tema.

Patrimônio

O ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal (STF), fez uma representação contra o senador Jorge Kajuru (PSB/GO) ao presidente do tribunal, ministro Dias Toffoli. No documento, que foi protocolado ontem, Mendes cita trechos de uma entrevista do senador à Rádio Bandeirantes no domingo. Na entrevista, Kajuru afirma querer saber como o ministro "tem R\$ 20 milhões de patrimônio". "De onde você tirou esse patrimônio? De Mega Sena? De herança de quem você tirou, Gilmar Mendes? Foram das sentenças que você vendeu, seu canalha!", diz.

Sócio

O senador diz ainda que Mendes é sócio dos ex-governadores tucanos Beto Richa, Aécio Neves (MG) e Marconi Perillo (GO). "Nós vamos pegar, apurar, investigar todas as empresas que eles são sócios, que eles têm negociação, por que ele protegeu Aécio Neves, por que que ele protege o Marconi Perillo. Por que que ele protege tantos outros políticos", afirma. Em setembro do ano passado, quando Richa foi preso na operação Rádio Patrulha, do Ministério Público Estadual, Mendes determinou a soltura do tucano poucos dias depois. Na última sexta-feira, o ministro também mandou soltar o contador da família Richa, Dirceu Pupo, preso na Operação Intregração, e deu salvo-conduto ao tucano contra novas prisões.

Abrigos

Dados do Conselho Nacional de Adoção (CNA) apresentados ontem pelos promotores David de Aguiar e Mariana Bazzo à Comissão Permanente de Defesa dos Direitos da Criança, do Adolescente, do Idoso e da Pessoa com Deficiência da Assembleia Legislativa apontam que o Brasil tem 9.410 crianças e adolescentes em casas de acolhimento espalhadas pelo País aptas para adoção e 999 no Paraná. O Paraná é o 4º Estado com mais crianças e adolescentes para adoção; só fica atrás de São Paulo, Rio Grande do Sul e Minas Gerais. Das 999 crianças e adolescentes em abrigo paranaenses, cerca de 40% tem mais de 12 anos segundo o Ministério Público. Em Curitiba, são 497 crianças e adolescentes acolhidos nas 22 casas abrigo da capital.

21 MAR 2019

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

STF julga correção de precatório

O STF (Supremo Tribunal Federal) retoma hoje o julgamento de um recurso que definirá o índice de correção dos precatórios, que são as dívidas judiciais de órgãos públicos, como é o caso dos atrasados a que o INSS (Instituto Nacional do Seguro Social) é obrigado a pagar nos processos que perde. No ano passado, o ministro Luiz Fux suspendeu a aplicação da inflação na atualização dos valores, determinada pela Corte em 2015. Ele, que é relator de um recurso especial, determinou a manutenção da TR (Taxa Referencial) como índice válido para a correção de precatórios e também das RPs (Requisições de Pequeno Valor), que são os atrasados de até 60 salários mínimos (neste ano, o limite é de R\$ 59.880). A inconstitucionalidade da TR foi declarada pelo Supremo, o que levou o CJF (Conselho da Justiça Federal) a alterar seu manual de cálculos, substituindo a TR pelo IPCA-e, um índice de inflação medido pelo IBGE. Depois da decisão de Fux suspendendo o uso da inflação, o ministro Alexandre de Moraes pediu vistas. Na pauta desta quarta-feira do plenário do Supremo, constam quatro embargos de declaração no recurso que discute o assunto. Os embargos são um tipo de questionamento, quando uma das partes pede mais informações. A decisão dos ministros para esses casos valerá para todas as ações, pois o recurso tem repercussão geral.

Além desses, há previsão de os ministros analisarem outras ações de inconstitucionalidade que discutem o pagamento de precatórios. Ao todo, sete casos que tratam desses valores estão na pauta do tribunal. O STF também decidirá com repercussão geral se há cobrança de juros entre a data de expedição do precatório e o efetivo pagamento da dívida. Esse julgamento ainda não foi agendado pela Corte. (FB)

21 MAR 2019

FOLHA DE S. PAULO

Corda esticada

Ameaças contra ministros do Supremo merecem repúdio, mas decisão de conduzir inquérito sob sigilo na corte tende a acirrar tensão institucional

Causou desconforto em toda parte a decisão anunciada na quinta (15) pelo presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro Dias Toffoli, de abrir investigação para examinar ameaças sofridas por integrantes da corte e seus familiares.

Não há dúvida de que o assunto merece atenção. Qualquer tentativa de intimidar os membros da mais alta corte de Justiça do país merece o repúdio de todos que reconhecem seu papel como guardiã das regras do jogo democrático.

Mas a forma de reação escolhida pelo tribunal parece contribuir mais para acirrar as tensões no ambiente político do que para barrar as ações dos interessados em acuar os magistrados.

Embora o caminho natural fosse enviar o caso ao Ministério Público e à Polícia Federal para que realizassem as apurações, Toffoli decidiu que o próprio STF presidirá a investigação e confiou a missão ao ministro Alexandre de Moraes.

A medida causa estranheza porque põe à frente do inquérito uma instituição que pode ser chamada a julgar o caso em algum momento, confundindo esses dois papéis.

Toffoli amparou sua decisão num dispositivo do regimento interno do Supremo que autoriza o presidente da corte a abrir inquérito para apurar infrações ocorridas "na sede ou dependência" do tribunal.

Conforme sua interpretação, os ministros representam o STF,

e qualquer ofensa a um deles deve ser tratada como se tivesse sido dirigida à entidade ou proferida dentro do prédio.

O magistrado definiu genericamente o escopo do inquérito, sem indicar claramente a natureza das ameaças sofridas nem nomear suas vítimas, e determinou que a investigação seja conduzida sob sigilo.

Sabe-se que um dos seus objetivos é identificar os patrocinadores de uma rede de distribuição de notícias falsas na internet que estaria incitando a animosidade contra os ministros do tribunal, mas o segredo imposto ao inquérito só tem alimentado desconfianças.

A procuradora-geral da República, Raquel Dodge, acusou o STF de extrapolar suas atribuições. Procuradores na linha de frente da Lava Jato, críticos frequentes de ministros, viram uma ameaça à sua liberdade de expressão.

É como se todos os participantes do jogo se movessem para reafirmar prerrogativas e testar limites, em vez de trabalhar por uma convivência harmônica e produtiva.

Caberá ao Ministério Público examinar os resultados da investigação e processar os envolvidos, se surgirem evidências de crimes.

Dado que a iniciativa está em marcha, cumpre ao STF ao menos atuar com celeridade no inquérito e transparência nas conclusões, para minimizar os riscos de aprofundamento do conflito institucional.

21 MAR 2019

FOLHA DE S. PAULO

Do médico ao juiz

Em um sistema funcional de saúde, os cidadãos recorrem a serviços públicos, à rede privada ou a uma combinação das duas opções. No Brasil, cada vez mais, eles procuram também o Poder Judiciário.

Pesquisa inédita feita por encomenda do Conselho Nacional de Justiça mostra que, na década de 2008 a 2017, ações contra o SUS e contra planos privados —o que se chama de judicialização da saúde— aumentaram 130%.

No último ano da série, contaram-se quase 100 mil casos. No período, o crescimento do volume total de processos foi de 50%.

Chama a atenção no estudo, coordenado por Paulo Furquim de Azevedo, a variação regional dos tipos de pedido. Em São Paulo, por exemplo, 82% dos processos são contra planos de saúde e prevalecem demandas por medicamentos ou procedimentos não previstos no SUS nem no rol da Agência Nacional de Saúde Suplementar.

Já no Pará a maior parte das ações relativas a medicamentos busca acesso a drogas que o SUS, em tese, já disponibiliza para toda a rede. Isso significa que, ao menos em algumas regiões, apenas organizar melhor o sistema já bastaria para reduzir o recurso aos tribunais.

A judicialização é nociva sob diversos aspectos. No setor público, reduz a capacidade de autoridades eleitas de decidir que prioridades

merecerão as verbas de um orçamento necessariamente finito.

Há alguma controvérsia em torno dos números, mas se estima que processos nas esferas municipal, estadual e federal atinjam nada modestos R\$ 7 bilhões anuais.

Na área privada, o impacto recai sobre os custos. Além de já remunerar um exército de profissionais de saúde, os planos precisam pôr em sua conta —que será repassada ao consumidor— uma legião de advogados e encargos processuais.

A própria operação das empresas fica mais arriscada, uma vez que a criação, por juízes, de obrigações que não estavam previstas em contrato torna os cálculos atuariais menos precisos.

Obviamente, não se pode impedir ninguém de procurar a Justiça. Muitas vezes é a única forma de obter acesso a drogas comuns e procedimentos simples que só não estão à sua disposição por uma combinação de ineficiência e descaso.

Outras tantas, porém, o paciente se ampara em ilusões, eventualmente semeadas por médicos e laboratórios interessados em lucrar.

Diante do quadro, cabe oferecer aos magistrados apoio especializado para que possam tomar decisões mais técnicas do que emocionais. A saúde deve ser tratada em consultórios e hospitais —e apenas subsidiariamente em escritórios de advocacia e fóruns.

FOLHA DE S. PAULO

NEY BELLO

21 MAR 2019

PIERPAOLO CAUZ BOTTINI

DRAUZIO VARELLA

Desembargador federal e professor de processo penal na UnB (Universidade de Brasília)

Advogado e professor de direito penal da USP (Universidade de São Paulo)

Médico, autor do livro 'Estação Carandiru' e colunista da Folha

Por uma nova lei de drogas

Enfrentar o tema requer uma política mais realista

A guerra às drogas fracassou. A estratégia de repressão total ao tráfico e ao consumo trouxe mais prejuízos que avanços. Estudo recente da ONU alerta que as mortes causadas diretamente pelo uso de drogas aumentaram 60% entre 2000 e 2015. A produção global de cocaína alcançou o nível mais alto da história em 2016.

Essa política gerou, ademais, um encarceramento em massa. Uma em cada cinco prisões no mundo tem relação com uso ou tráfico de drogas. No Brasil, dos 726 mil presos brasileiros, 26% são traficantes —muitos deles praticantes do pequeno comércio, sem relação com organizações criminosas, ao menos até ingressarem nos presídios, quando se tornam soldados de um exército que apavora o país.

Não é um cenário alentador. Para enfrentar com seriedade a questão das drogas, é preciso construir uma política mais realista.

No ano passado, a Câmara dos Deputados constituiu uma comissão para propor alterações na Lei de Drogas. Compusemos esse grupo, ao lado de ministros do Superior Tribunal de Justiça (Rogério Schietti e Ribeiro Dantas), de represen-

tantes do Ministério Público (Cibele Benevides e Theodoro Carvalho), de juízes (Amanda Lucena, Walter Nunes, Joaquim Domingos, Joelci Araújo) e de advogados (Beto Vasconcelos e Mauricio Dieter). O grupo apresentou suas sugestões no início do mês passado.

Em meio a um mar de propostas legislativas que em regra buscam recrudescer o direito penal, a comissão sugeriu mudanças, a nosso ver mais ponderadas e eficazes.

Em primeiro lugar, a descriminalização do uso de drogas, na esteira de experiências exitosas de países como Argentina, Chile, Alemanha, Portugal, Uruguai e em alguns locais dos Estados Unidos.

Ainda que a lei atual não preveja pena de prisão, há outras punições e o estigma do processo penal. Classificar o usuário como criminoso o afasta do tratamento e da reinserção social.

O projeto descriminaliza a posse de até dez doses da substância ilícita, abrindo-se as portas para políticas de redução de danos nos casos de dependência ou de uso problemático.

Em segundo lugar, o projeto propõe um tratamento mais racional

ao tráfico. A conduta continua considerada criminosa, mas sob uma nova abordagem. Como há tráfios de gravidades distintas, propõem-se penas diferentes para cada uma de suas formas.

O grande tráfico e seu financiamento terão penas mais longas. A ideia é se concentrar na repressão sobre organizações criminosas. A prisão de pequenos traficantes é ineficaz, pois cada um é prontamente substituído por outros, que ocupam seu lugar, sem que a estrutura do comércio ilícito seja abalada.

As outras formas de tráfico terão penas proporcionais à gravidade da conduta, ao contrário da lei atual, que trata todas da mesma maneira. O tráfico internacional de drogas, por exemplo, terá sanções maiores do que o comércio de sementes que sejam matéria-prima para a produção de substâncias psicoativas. Ambos continuam sendo crimes, mas a previsão de penas diferentes garante um tratamento mais racional a condutas distintas.

Essas são as linhas fundamentais da proposta. O problema das drogas não será resolvido com medidas simples, como a repressão penal. Como se trata de questão complexa, seu enfrentamento exige atuações no campo da saúde, das políticas sociais e de segurança pública.

Por essas razões, a elaboração do projeto contou com contribuições de profissionais de todas as áreas, que enriqueceram o debate com seus estudos e experiências pessoais.

O resultado foi uma proposta livre de vícios corporativos, empenhada em resolver situações concretas e criar uma abordagem mais completa do problema, em contraposição ao discurso da guerra total.

21 MAR 2019

FOLHA DE S. PAULO

Investigação de fake news contra Supremo identifica suspeitos e prepara buscas

Equipe que trabalha em inquérito do STF sairá às ruas, prevê recolher computadores e tirar do ar contas em redes sociais

Thais Bilenky e
Reynaldo Turolo Jr.

BRASÍLIA A equipe que trabalha no inquérito para apurar uma onda de ataques e fake news contra ministros do STF (Supremo Tribunal Federal) se prepara para sair às ruas a partir desta quinta-feira (21).

Uma ação será para tirar do ar as contas nas redes sociais de dois dos autores identificados no caso. A outra busca e apreensão visa recolher computadores e aparelhos usados por operadores dessa rede.

Um guarda civil metropolitano de Indaiatuba, no interior de São Paulo, e um advogado já foram identificados pela equipe que atua no inquérito como suspeitos de estarem por trás das ações.

O presidente do STF, Dias Toffoli, instaurou o inquérito, que corre em sigilo, no dia 14, e designou o ministro Alexandre de Moraes seu relator.

Desde então, houve uma redução dos ataques dirigidos aos ministros, segundo pessoas que acompanham o caso.

A iniciativa é uma resposta a postagens e mensagens ofensivas dirigidas ao Supremo por setores da sociedade, em parte incitadas por congressistas e procuradores da operação Lava Jato.

Ministros são acusados de favorecerem a impunidade, quando não de corrupção. Estão os alvos da apuração pela

onda de virulência ao STF estão Deltan Dallagnol e Diogo Castor, da força-tarefa do Ministério Público da Lava Jato.

Em outra frente, no Senado, congressistas tentam instaurar uma CPI (comissão parlamentar de inquérito) para investigar eventuais desvios de ministros, apelidada de Lava Toga. O presidente da Casa, Davi Alcolumbre (DEM-AP), no entanto, indicou que não levará a CPI adiante.

Nesta quarta-feira (20), senadores apresentaram proposta de emenda à Constituição que estabelece mandato de oito anos para integrantes do STF (leia mais abaixo).

A decisão do Supremo de abrir a investigação motivou críticas de procuradores e reforçou o embate da corte com integrantes do Legislativo.

Na terça (19), questionado sobre as críticas de membros do Ministério Público, Moraes respondeu com expressão jocosa usada no meio jurídico.

“No direito, a gente fala que é o ‘jus sperniandi’, o direito de esperar. Podem esperar à vontade, podem criticar à vontade. Quem interpreta o regimento do Supremo é o Supremo”, afirmou.

Em despacho inicial no inquérito, Alexandre de Moraes afirmou que o objeto da investigação inclui “o vazamento de informações e documentos sigilosos com o intuito de

atribuir e/ou insinuar a prática de atos ilícitos por membros da Suprema Corte”.

O despacho desta quarta-feira não menciona quais são os vazamentos, mas seu teor foi entendido como um recado para agentes da Receita Federal que supostamente vazaram, no mês passado, documentos sobre o ministro do STF Gilmar Mendes e sua mulher, Guiomar.

A Receita Federal, na ocasião, confirmou que abriu apuração interna e afirmou que não pactua com “ilações de práticas de crimes”.

O inquérito aberto por Toffoli na semana passada é motivo de discordâncias entre ministros do próprio Supremo, sobretudo por dois fatores: por ele ter instaurado o inquérito de ofício (sem provocação de outro órgão), sem pedir providências ao Ministério Público, e por designar Moraes para presidi-lo sem fazer sorteio ou ouvir os colegas em plenário.

CONTINUA

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

21 MAR 2019

“O objeto deste inquérito é a investigação de notícias fraudulentas (fake news), falsas comunicações de crimes, denúncias caluniosas, ameaças e demais infrações revestidas de ‘animus caluniandi, diffamandi ou injuriandi’, que atingem a honrabilidade e a segurança do Supremo Tribunal Federal, de seus membros bem como de seus familiares”, escreveu Moraes em seu despacho.

A apuração inclui “o vazamento de informações e documentos sigilosos, com o intuito de atribuir e/ou insinuar a prática de atos ilícitos por membros da Suprema Corte, por parte daqueles que tem o dever legal de preservar o sigilo; e a verificação da existência de esquemas de financiamento e divulgação em massa nas redes sociais, com o intuito de lesar ou expor a perigo de lesão a independência do Poder Judiciário”.

Foram designados dois delegados para atuar no caso: Alberto Ferreira Neto, da Polícia Federal, e Maurício Martins da Silva, da Polícia Civil de São Paulo.

Ferreira Neto é chefe da Delegacia Especializada em Repressão a Crimes Fazendários, e foi indicado por Disney Rosseti, diretor interino da PF.

Silva é da Divisão de Inteligência da Polícia Civil paulista, indicado pelo delegado-geral da corporação, Ruy Ferraz Fontes.

Nesta terça, Moraes disse que pediu auxílio à polícia de São Paulo porque ela tem expertise em crimes na internet e porque há suspeitas de que haja, no estado, esquemas de financiamento de propagação de notícias falsas e ameaças.

Na noite desta quarta, o ministro do STF Marco Aurélio, que já havia criticado a abertura da investigação sem a participação do Ministério Público, voltou à carga afirmando que não deveria haver policiais civis no caso, porque a polícia judiciária que atua perante a corte é a Polícia Federal.

EMBATES ENTRE JUDICIÁRIO E LEGISLATIVO

Inquérito
O presidente do STF, Dias Toffoli, anunciou inquérito para apurar fake news, ameaças e ofensas contra ministros do tribunal. Congressistas que criticaram o STF publicamente podem ser alvos

PEC do Mandato
Senadores apresentaram proposta de emenda à Constituição que prevê mandato de 8 anos para os ministros do STF. Hoje, os magistrados podem ficar no cargo até completar 75 anos

CPI da Lava Toga
Foi protocolado no Senado um pedido de CPI para investigar os membros do STF e de tribunais superiores

Confronto com a Lava Jato
Julgamento que definiu que caixa 2, quando associado a corrupção, deve ser julgado pela Justiça Eleitoral foi considerado derrota para a Lava Jato. Resultado foi criticado por parlamentares, que viram na medida tentativa de esvaziar a operação

21 MAR 2019

FOLHA DE S. PAULO

Senadores intensificam ofensiva contra STF com proposta que limita mandato de ministro

BRASÍLIA Senadores intensificaram nesta quarta (20) a ofensiva contra o Judiciário com a apresentação de uma PEC (proposta de emenda à Constituição) que estabelece mandato de oito anos para integrantes do STF (Supremo Tribunal Federal).

O senador Plínio Valério (PSDB-AM) reuniu 30 assinaturas em apoio à sua proposta que define o mandato temporário para novos ministros e veda recondução. Hoje, um ministro pode ficar no cargo até completar 75 anos.

“Limitando o mandato, há duas coisas boas: uma que chama à atenção, mostra que ministro não é semideus. Ministro é um ser humano que foi guindado à uma função re-

levante, mas não é semideus. E a outra é mostrar que eles também têm satisfação a dar”, disse Valério.

O projeto surge em meio à disputa entre Legislativo e Judiciário e que tem como principal capítulo, até agora, a apresentação pela segunda vez neste ano de um requerimento de CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) para investigar integrantes das Cortes Superiores, a chamada CPI da Lava Toga.

O presidente do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP), resiste em intensificar o confronto com o Judiciário e ganhou tempo ao solicitar um parecer de técnicos da Casa.

Ele, que já havia sinalizado ser contra a CPI, argumenta

que uma análise prévia identificou que, dos 13 itens apresentados para justificar o pedido, apenas “dois ou três podem ser caracterizados como fato determinado”.

Diante do resultado do parecer, Davi decidirá se dará seguimento ou orientará o senador Alessandro Vieira (PPS-SE), autor do pedido, a coletar novamente as assinaturas.

O Congresso também já foi palco de discussões a favor da revogação da PEC da Bengala que, em 2015, elevou de 70 para 75 anos a idade de aposentadoria dos ministros do STF. Se levada adiante, a manobra permitirá que o presidente Jair Bolsonaro indique quatro ministros, em vez de dois. Daniel Carvalho

“

Quando um senador apresenta uma PEC que supostamente está confrontando os ministros do Supremo, o senador simplesmente sinaliza que esta Casa é um Poder tanto quanto o Supremo

Plínio Valério
(PSDB-AM)
senador

21 MAR 2019

FOLHA DE S. PAULO

Maia diz que projeto de Moro é 'copia e cola' e que ministro 'troca as bolas'

Após travar pacote, presidente da Câmara critica interferência do governo Bolsonaro no Legislativo

Talita Fernandes e
Angela Boldrini

BRASÍLIA O presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), desqualificou o projeto anti-crime apresentado pelo ministro Sergio Moro (Justiça e Segurança Pública), dizendo que o texto é um "copia e cola" de proposta sobre o mesmo tema que foi apresentada no passado pelo ministro Alexandre de Moraes, do STF (Supremo Tribunal Federal).

Demonstrando irritação com o ministro, Maia o chamou de "funcionário do presidente Jair Bolsonaro" e disse que ele "está confundindo as bolas".

A fala de Maia ocorre após Moro lamentar, em declarações nesta quarta (20), da dificuldade de tramitação de seu conjunto de medidas para conter o crime organizado, corrupção e delitos violentos — principal ação do ex-juiz desde que deixou a Operação Lava Jato para ingressar no governo Jair Bolsonaro (PSL).

O pacote de Moro foi apresentado no dia 4 de fevereiro, tendo sido desmembrado semanas depois para facilitar no Congresso a análise

de pontos menos polêmicos — como a criminalização do caixa dois.

Na semana passada, Maia travou a tramitação do projeto. Em despacho na quinta (14), o presidente da Câmara determinou a criação de um grupo de trabalho para analisar o pacote e duas outras propostas correlatas que já tramitavam na Câmara.

Como o grupo de trabalho tem o prazo de 90 dias para debater as matérias, na prática Maia suspendeu momentaneamente a análise da maior parte do pacote legislativo do ministro da Justiça.

Nesta quarta, Moro lamentou a medida.

"O desejo do governo é que isso desde logo fosse encaminhado às comissões para os debates", disse Moro durante o lançamento da Frente Parlamentar da Segurança Pública. Ele afirmou conversando com Maia sobre o tema e que "decisões relativas ao Congresso Nacional dependem" dos parlamentares.

Mais tarde, quando lhe foi perguntado de o ministro estava interferindo nos trabalhos da Câmara, Maia comentou: "O funcionário do presidente Bolsonaro? Ele conver-

sa com o presidente Bolsonaro e se o presidente Bolsonaro quiser ele conversa comigo. Eu fiz aquilo que eu acho correto [sobre a proposta de Moro]. O projeto é importan-

te, aliás, ele está copiando o projeto direto do ministro Alexandre de Moraes. É um copia e cola. Não tem nenhuma novidade, poucas novidades no projeto dele", disse.

O deputado disse ainda que o projeto prioritário é o apresentado por Moraes, quando ele era ministro da Justiça, ainda no governo de Michel Temer.

Segundo Maia, a votação do pacote se dará no futuro, após a Casa analisar a reforma da Previdência, considerada crucial para o governo Bolsonaro.

O deputado negou estar irritado com Moro, mas disse que o ministro da Justiça "conhece pouco a política".

CONTINUA

“Eu sou presidente da Câmara, ele é ministro funcionário do presidente Bolsonaro. O presidente Bolsonaro é quem tem que dialogar comigo. Ele está confundindo as bolas, ele não é presidente da República, ele não foi eleito para isso. Está ficando uma situação ruim para ele. Ele está passando daquilo que é a responsabilidade dele. Ele nunca me convidou para perguntar se eu achava que a estrutura do ministério estava correta, se os nomes que ele estava indicando estavam corretos”, afirmou.

O presidente da Câmara ironizou Moro, insinuando que o ministro busca destaque na imprensa ao querer aprovar a proposta apresentada.

“O projeto vai andar no momento adequado, ele pode esperar para ter um Jornal Nacional, um Jornal da Band, ou da TV Record, ele pode esperar.

Desde que foi lançado, o texto de Moro sofreu críticas de parlamentares e de juristas, o que levou o ministro a realizar mudanças na sua redação e a fatiá-lo para facilitar sua tramitação no Congresso.

No entanto, a constituição do grupo de trabalho por Maia é o maior entrave criado até o momento para o seu avanço na Câmara, principalmente porque Moro vinha defendendo que o tema deveria ser tratado de forma prioritária.

O pacote anticrime foi encaminhado ao Congresso Nacional em três projetos diferentes. A decisão de Maia alcança o principal deles, que promove o maior número de alterações. Ficaram de fora do grupo de trabalho a proposição que criminaliza o caixa dois e a que trata das competências da Justiça comum e da Justiça Eleitoral.

Em tese, estes dois projetos podem continuar tramitando, mas ainda não houve despacho do presidente da Câmara para que eles avancem.

Maia também criticou a relação do governo Bolsonaro com o Congresso e as declarações do presidente de que os parlamentares fazem “pressão por cargos”.

“Eu acho engraçado. Quando dizem que o Parlamento quer indicar alguém no governo é toma lá da cá. Quando eles querem indicar relator aqui e interferir no processo legislativo não é toma lá da cá?”, respondeu, demonstrando irritação.

Maia, principal articulador da reforma da Previdência, disse que é preciso que o governo decida qual relação quer ter com o Legislativo.

“Se você não quer que o Parlamento governe junto, vamos manter a independência. Se você quer governar junto, vamos manter a harmonia”, afirmou o deputado.

Detrotas do ministro Sergio Moro

Decreto das armas

Seu primeiro revés foi ainda em janeiro. O ministro tentou se desvincular da autoria da ideia de flexibilizar a posse de armas, dizendo nos bastidores estar apenas cumprindo ordens do presidente. Teve ignorada sua sugestão de limitar o registro por pessoa a duas armas —o decreto fixou o número em quatro

Laranjas

No caso do escândalo de candidaturas de laranjas, enquanto Moro deu declarações evasivas, dizendo que a Polícia Federal iria investigar se “houvesse necessidade” e que não sabia se havia consistência nas denúncias, Bolsonaro determinou dias depois, de forma enfática, a abertura de investigações para apurar o esquema

Caixa dois

Por ordem do Palácio do Planalto, a proposta de criminalização do caixa dois, elaborada pelo ministro da Justiça, vai tramitar separadamente do restante do projeto anticrime proposto por Moro na Câmara dos Deputados

Ilona Szabó

Moro teve de demitir a especialista em segurança pública por determinação do presidente, após repercussão negativa da nomeação. Ilona Szabó já se disse contrária ao afrouxamento das regras de acesso a armas e criticou a ideia de ampliação do direito à legítima defesa que está no projeto do ministro

Projeto anticrime

Na última semana, o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), travou o pacote anticrime na Casa ao determinar a criação de um grupo de trabalho para analisar a proposta e outras duas correlatas. Como o grupo tem o prazo de 90 dias para debater as matérias, a decisão de Maia suspende, na prática, a tramitação da maior parte do pacote

21 MAR 2019

FOLHA DE S. PAULO

Justiça cita gastos não declarados com laranja e cobra explicações de ministro

Parecer diz que não há comprovação de regularidade do uso de verba pública pelo PSL-MG na eleição

Camila Mattoso

BRASÍLIA A área técnica do TRE-MG (Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais) identificou gastos não declarados do PSL de Minas a uma candidata laranja e quer esclarecimentos do ministro do Turismo, Marcelo Álvaro Antônio.

A determinação faz parte de um parecer sobre a prestação de contas do partido da última eleição. Álvaro Antônio era presidente da legenda em Minas durante o pleito de 2018.

A análise da Justiça apontou ainda que o ministro não apresentou documentos que comprovem a regularidade de gastos feitos utilizando dinheiro público (fundo eleitoral e fundo partidário).

Como a Folha tem revelado em reportagens desde 4 de fevereiro, Álvaro Antônio, deputado federal mais votado em Minas, patrocinou um esquema de candidaturas de laranjas no estado que direcionou verbas públicas de campanha para empresas ligadas ao seu gabinete na Câmara.

Uma das candidatas, Zuleide Oliveira, afirmou à Folha que foi chamada pelo ministro para ser laranja e para devolver parte de dinheiro público que seria transferido a ela.

É sobre essa candidatura que a Justiça Eleitoral pede explicações. O tribunal enviou intimação ao ministro em 18 de março e deu três dias para que a prestação de contas do PSL-MG seja reapresentada.

O parecer, que tem 11 páginas, identificou também que “peças obrigatórias” não foram apresentadas na prestação de contas. Entre elas, extratos de contas bancárias destinadas à movimentação de recursos do fundo partidário e do fundo eleitoral.

O documento informou ainda que a legenda não registrou transferências de alguns recursos. Segundo a análise, o PSL deixou de declarar o repasse para três das quatro candidatas que depois devolveram recursos para empresas ligadas ao ministro.

De acordo com o TRE-MG, o documento faz parte de um procedimento padrão de análise de contas antes de emitir o parecer conclusivo.

Além de quatro candidaturas de laranjas reveladas pela Folha, outras três mulheres denunciaram o esquema.

O caso é investigado pela Polícia Federal e pelo Ministério Público. No parecer do tribunal, consta ainda que foram detectados gastos realizados em data anterior à prestação de contas parcial, mas

não informados à época. Os gastos identificados são de Álvaro Antônio, totalizando R\$ 15,1 mil.

No dia 7 de março, o procurador-regional eleitoral de Minas Gerais, Angelo Giardini de Oliveira, instaurou investigação para apurar indícios de caixa dois na campanha do PSL-MG.

A investigação tem como um dos pressupostos a não declaração pelo partido da confecção de 25 mil santinhos da candidata Zuleide Oliveira.

No documento, o procurador disse haver dúvidas quanto à autoria das informações declaradas na prestação de contas de Zuleide. Ela afirma não ter apresentado documentos ao tribunal.

O caso das laranjas levou à queda de Gustavo Bebianno —presidente do PSL nacional durante a campanha— da Secretaria-Geral da Presidência e deixou o ministro do Turismo em situação delicada.

Recentemente, Bolsonaro defendeu agilidade na investigação do esquema. Ele diz aguardar parecer da PF para decidir sobre o ministro.

Nas palavras do presidente, não pode haver “uma investigação morosa, para não deixar sangrar o governo”. “Lógico que há desgaste”, disse, em recente café com jornalistas.

CONTINUA

21 MAR 2019

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

Procurado, o ministro do Turismo afirmou que não exerce mais cargo na direção da legenda, mas que "tem convicção" de que o partido prestará em juízo os "esclarecimentos solicitados" pela área técnica do tribunal.

"Mais uma vez, reafirma que toda a campanha eleitoral do PSL-MG seguiu rigorosamente o que determina a lei", disse a assessoria de Marcelo Álvaro Antônio.

Entenda o caso dos candidatos laranjas

Qual a origem do escândalo envolvendo PSL? A

Folha revelou, em 4.fev, que o ministro do Turismo, Marcelo Álvaro Antônio (PSL), deputado federal mais votado em MG, patrocinou um esquema de quatro candidaturas de laranjas no estado. Ele era presidente do PSL em Minas e tinha o poder de decidir quais candidaturas seriam lançadas.

Quais as evidências de que eram laranjas? As quatro

receberam R\$ 279 mil da verba pública de campanha da legenda, ficando entre as 20 que mais receberam dinheiro do partido no país inteiro. Não há sinais de que tenham feito campanha efetiva durante a eleição. Ao final, juntas, somaram cerca de 2.000 votos

O que se sabe sobre candidatura laranja em Pernambuco? A **Folha**

revelou em 10.fev que o grupo do atual presidente do PSL, Luciano Bivar, fez uma candidata de última hora para preencher vaga remanescente de cota feminina. O PSL repassou a ela R\$ 400 mil do fundo partidário quatro dias antes da eleição —foi a terceira candidata que mais recebeu dinheiro do partido no país, mas teve só 274 votos

Quais foram as consequências políticas do caso? O escândalo

em Pernambuco levou à demissão de Gustavo Bebianno da Secretaria-Geral da Presidência. Ele presidia o PSL na época das eleições. Já o caso de Minas deixou o ministro do Turismo em situação delicada

PAINEL

KAMIKAZE Senadores que estão à frente da chamada CPI da Lava Toga querem ampliar a pressão sobre o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP), que já está sob questionamento constante nas redes. Planejam apresentar questão de ordem pedindo a instalação imediata da comissão de inquérito.

BLOQUEAR CONTATO A evidente irritação de Rodrigo Maia (DEM-RJ) com o governo Jair Bolsonaro escalou dois tons nesta quarta (20), com a estocada no ministro Sergio Moro (Justiça), que vem cobrando a tramitação de seu pacote anticrime. O democrata avalia que Moro está contribuindo para colocar as redes contra ele.

START Os coordenadores dos grupos que vão analisar o pacote de Moro junto ao projeto organizado pelo ministro Alexandre de Moraes, do STF, começam a definir um cronograma nesta quinta (21), às 10h30.

CALENDÁRIO O ministro, que coordena colegiado do CNJ, e a deputada Margarete Coelho (PP-PI), que exerce tal função na comissão criada pela Câmara, se encontram para estabelecer linhas prioritárias e marcar a primeira reunião das dois grupos que vão analisar o tema.

FIM DA FILA Moraes elaborou no ano passado, em parceria com a Câmara, uma longa proposta de mudança na legislação penal. Seu pacote é visto como prioritário ao de Moro.

EM ALTA As denúncias de crime de racismo recebidas pelo Disque 100 aumentaram no primeiro bimestre deste ano, em relação ao mesmo período de 2018: foram 113 casos registrados, contra 91 do bimestre passado.

RANKING No total, foram feitas 615 denúncias de racismo em 2018. Os estados que apresentaram a maior quantidade foram São Paulo (63), Rio de Janeiro (48) e Bahia (34).

RANKING 2 O balanço será divulgado pela Secretaria Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, do ministério da ministra Damares Alves.

LINHA DIRETA O Disque 100 funciona 24 horas por dia, inclusive aos sábados, domingos e feriados.

PAINEL DO LEITOR

Justiça Eleitoral

A matéria sobre competência é estabelecida pela lei, e não pela vontade das partes em litígio. E a lei é clara no caso. Se a Justiça Eleitoral é desaparelhada para investigar e julgar os crimes conexos, como se alega, seria o caso de dotá-la de mais recursos para tal, e não de desidratá-la ainda mais, negando-lhe competência distribuída em lei, como pretendiam os íncritos procuradores vinculados à Lava Jato ("O império da lei e o combate à corrupção", de Alberto Zacharias Toron, Tendências / Debates, 18/3).

Orlando Ferreira Barbosa
(Belo Horizonte, MG)

MÔNICA BERGAMO

DATA O julgamento de Lula no caso do triplex pode ocorrer na próxima terça (25), no STJ (Superior Tribunal de Justiça).

NOVO CEP Paulo Vieira de Souza, o Paulo Preto, acusado de ser operador financeiro do PSDB, foi transferido para o Complexo Médico-Penal, na região metropolitana de Curitiba, no Paraná.

VIZINHANÇA No presídio também estão detidos o ex-presidente da Câmara Eduardo Cunha, o ex-presidente do Banco do Brasil e da Petrobras, Aldemir Bendine, e o ex-tesoureiro do PT João Vaccari Neto, entre outros.

MEUS DIREITOS Souza estava desde o último dia 14 na custódia da Polícia Federal, na capital paranaense. Ele solicitou ficar em cela separada dos demais presos, por ter curso superior. Por isso, os agentes da PF pediram uma vaga no sistema penitenciário e ele foi removido.

21 MAR 2019

FOLHA DE S. PAULO

Especialistas apoiam veto da OAB a agressores

Júlia Zaremba

SÃO PAULO A nova súmula da OAB que impede agressores de mulheres de obter registro de advogado é vista por especialistas como um passo importante no combate à violência de gênero no país, mas a aplicação será um desafio.

Aprovada na segunda (18) pelo Conselho Federal da entidade, a súmula diz que bacharéis em direito e advogados com histórico de violência física, sexual ou psicológica contra mulheres podem ter a inscrição negada ou cassada, mesmo que não tenham sido condenados.

A idoneidade do candidato já era levada em consideração pelas seccionais ao emitir ou manter o registro. Mas, dependendo do lugar, o histórico de violência contra a mulher não era um fator impeditivo.

Faltava elaborar orientação a ser seguida por todos os estados, diz Daniela Lima, presidente da Comissão Nacional da Mulher Advogada, vinculada à OAB. "Quem pratica violência não tem idoneidade para exercer a advocacia. Fere um valor muito caro ao estado democrático de direito", diz.

Para ela, um dos aspectos mais importantes da súmula foi considerar que o impedimento vale mesmo que o bacharel ou advogado não responda a processo ou tenha sido condenado criminalmente.

Nesse caso, caberá à OAB produzir provas durante o processo administrativo e às vítimas e testemunhas denunciarem o agressor à entidade, o que pode ser um desafio.

Pesquisa realizada pelo Datafolha a pedido do Fórum

Brasileiro de Segurança Pública mostrou que 52% de mulheres vítimas de agressão ouviram não denunciaram o agressor a autoridades ou à família.

Torna-se necessário aprimorar mecanismos de denúncias, diz Isabela Del Monde, da Rede Feminista de Juristas. Criar um canal específico seria uma alternativa. "É também fomentar a denúncia formal perante autoridades policiais locais", diz.

Para a promotora Fabiana Dalmas, do Ministério Público de São Paulo, mesmo que o sujeito tenha sido absolvido não significa, necessariamente, que seja idôneo. "O conceito é mais amplo. Será necessário avaliar caso a caso", diz.

Quando há registro do crime, a apuração é facilitada, já que um dos documentos apresentados na inscrição é a declaração de inexistência de processo criminal.

A nova súmula da OAB acompanha tendência mundial de repressão à violência de gênero, diz Dalmas. O governo da Austrália, por exemplo, vai banir a entrada de viajantes condenados por agressão conjugal ou contra crianças.

METRO 21 MAR 2019

Richa pede habeas corpus

Chapéu. Ex-governador está preso desde terça-feira, suspeito de chefiar esquema que desviou R\$ 22 milhões de obras em escolas

A aeresia do ex-governador do Paraná Beto Richa entrou ontem no TJ-PR (Tribunal de Justiça do Paraná) com um pedido de habeas corpus para o tucano, preso na terça-feira na quarta fase da operação Quadro Negro. O pedido será analisado pelo juiz substituto Mauro Bley Júnior. O relator da operação Quadro Negro na 2ª Câmara Criminal do TJ-PR, desembargador José Maurício Pinto de Almeida, está em férias.

Na tarde de terça, o juiz Rubens dos Santos Júnior, da Central de Custódia de Curitiba, alegou não ter competência para atender o pedido da defesa de Richa e manteve o tucano preso no CMP (Complexo Médico Penal), em Pinhais, na região metropolitana de Curitiba. A defesa queria que o tucano fosse transferido para a sala de estado maior de uma unidade militar.

Ao fazer o pedido, a defesa do tucano citou o caso do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que está preso na Superintendência da Polícia Federal do Paraná, em Curitiba, sem ser transferido para o sistema prisional, em função do cargo que ocupou.

A defesa afirmou que há “influência de organizações criminosas” e risco de rebeliões nos estabelecimentos penitenciários do Paraná. “A fim de evitar qualquer invasão de competência de outro juízo (...), os requerimentos ficam consignados nos autos, mas eu não reconheço o requerimento declinado pela defesa”, disse o juiz.

Nas outras duas vezes em que foi preso, em setembro do ano passado e em janeiro deste ano, o ex-governador ficou no Regimento de Polícia Montada da Polícia Militar, no bairro Tarumã. Na época, a defesa também alegou que ele correria riscos

se fosse encaminhado para o sistema prisional.

A audiência de Richa durou menos de 2 minutos. “O Paraná inteiro sabe”, respondeu o tucano quando perguntado se sua família sabia da prisão. Ele reclamou que as lentes de contato estavam irritando seus olhos.

Foram ouvidos ainda o empresário Jorge Theodocio Atherino e o ex-secretário de Cerimonial e Relações Internacionais Ezequias Moreira Rodrigues, presos na operação. Eles também foram levados para o CMP.

Richa, Moreira e Atherino foram presos em uma operação do Gaeco (Grupo de Atuação Especial Contra o Crime Organizado), do Ministério Público do Paraná. Eles são suspeitos de comandar um esquema que desviou pelo menos R\$ 22 milhões de obras de construção e reformas de escolas estaduais. © METRO CURITIBA

METRO 21 MAR 2019

Condenado homem que passou HIV para ex-mulher

Judiciário. STJ entende que houve responsabilidade civil do marido ao não avisar a companheira com quem teve união estável sobre o risco de contaminação e fixou indenização de R\$ 120 mil

Em decisão inédita, um homem de Minas Gerais foi condenado a pagar R\$ 120 mil em indenização por danos morais a ex-mulher – com quem manteve união estável durante 15 anos e teve três filhos – por ter sido infectada pelo HIV. O caso foi julgado pela Quarta Turma do STJ (Superior Tribunal de Justiça).

Por unanimidade, os ministros entenderam que houve responsabilidade civil do ex-companheiro e que ficou comprovado que ele sabia previamente da condição. Para o relator do caso, ministro Luis Felipe Salomão, o acusado, ao não fazer o exame de HIV, não informar o parceiro sobre a probabilidade de estar infectado e não usar métodos de prevenção, agiu com negligência e a imprudência.

“Por óbvio que o transmissor sabedor de sua condição anterior e que procede conduta de forma voluntária e dirigida ao resultado – contágio – responderá civil e criminalmente pelo dolo direto de seu desígnio”, afirmou.

O ministro ressaltou que a responsabilização não deve ser aplicada como regra em caso de pessoa que não tem consciência de sua condição, não apresenta sintomas e não se expôs, de alguma forma, ao risco de contaminação.

“É o notório caso do jogador de basquete conhecido como Magic Johnson, que, ao ser processado por uma de suas parceiras sexuais, baseou a defesa no fato de que, no momento da relação sexual supostamente causadora do contágio, não sabia que era portador do vírus HIV”, citou.

O STJ manteve a decisão do TJMG (Tribunal de Justiça de Minas Gerais), que havia negado uma pensão mensal de R\$ 1.200. © METRO BRÁSILIA

“O parceiro que suspeita de sua condição soropositiva, por ter adotado comportamento sabidamente temerário (vida promíscua, utilização de drogas injetáveis, entre outras), deve assumir os riscos de sua conduta”

LUIS FELIPE SALOMÃO, MINISTRO DO STJ,
RELATOR DO CASO

Agora, AGU defende prisão em 2ª instância

Numa mudança de interpretação, a AGU (Advocacia-Geral da União) se manifestou junto ao STF (Supremo Tribunal Federal) a favor da prisão após condenação em segunda instância. Até então o órgão defendia a posição de que o acusado só poderia ser preso após esgotados todos os recursos judiciais, o chamado trânsito em julgado.

“Embora seja respeitável o entendimento anterior, considerarei a necessidade de promover a harmonização do postulado da presunção de inocência com os direitos e interesses das vítimas e da própria sociedade”, escreveu o advogado-geral da União, André Mendonça no parecer.

Julgamento em breve

A manifestação será considerada para a nova análise do STF que pode alterar a interpretação atual, de 2016, sobre a prisão em segunda instância. O julgamento está marcado para 10 de abril.

Moro lamenta entrave a projeto contra a corrupção

O ministro da Justiça, Sérgio Moro, lamentou ontem a decisão do presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), de criar grupo para analisar seu projeto anticrime – processo que pode durar até 6 meses.

Moro alertou que a aprovação da medida é urgente e defendeu a tramitação conjunta entre o projeto e a proposta da Previdência. © METRO BRASÍLIA

21 MAR 2019

FOLHA DE LONDRINA

Justiça bloqueia bens do prefeito de Porecatu por cessão irregular de imóvel

Após prometer 120 empregos em fábrica de calçados, Fabio Luiz Andrade responde a processo de improbidade administrativa movido pelo Ministério Público

Guilherme Marconi
Reportagem Local

O empréstimo de um imóvel do município de Porecatu (Região Metropolitana de Londrina) para uma fábrica de calçados levou a Justiça a bloquear os bens do prefeito Fábio Luiz Andrade em R\$ 488 mil. A empresa Lamá Lui Eireli, a J. Campos Construções e três empresários estão entre os denunciados por improbidade administrativa em ação civil pública proposta pelo MP (Ministério Público).

A decisão do juiz substituído da comarca de Colorado, Diego Gustavo Pereira, proferida nesta terça-feira (19) atende ao pedido da promotora de Porecatu, Sílvia Luiza Dariva e Pereira. O caso foi denunciado por alguns vereadores em 2017 após o prefeito ceder um terreno para a

instalação de uma indústria de calçados, mas o procedimento foi feito sem qualquer tipo de formalidade, segundo o MP. Ou seja, a prefeitura não realizou licitação, não fez avaliação do bem e o processo sequer passou por autorização prévia do Legislativo.

Em dezembro do mesmo ano, o Executivo ainda contratou com dinheiro público outra empresa para a reforma do imóvel para beneficiar a fábrica. Apesar do processo da obra ter passado por edital licitatório por tomada de preços, poucos meses depois foi firmado um aditivo elevando o valor inicial da reforma em 49% (R\$ 54.194,50). O custo previsto da reforma era de R\$ 108 mil, mas ultrapassou os R\$ 162 mil. "Além disso, as investigações mostram que nesta etapa foi quebrada a cláusula

expressa no contrato original que limitou em 25% em caso de acréscimo", explicou a promotora à FOLHA.

Segundo Sandra Pereira, o bloqueio de bens é necessário para ressarcir os cofres municipais com acréscimo de multa que pode chegar a três vezes o valor do dano. O MP exige ainda a retomada do imóvel ao município e que a construtora devolva o montante repassado no aditivo.

CONTINUA

FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO

PROMESSA DE EMPREGOS

A promotora relatou ainda que nem os supostos benefícios da fábrica foram comprovados. "Até agora o beneficiário não comprovou os empregos prometidos e as operações na cidade", salientou. Na página da prefeitura na internet, a atual gestão chegou a divulgar que a fábrica de calçados infantis e de bebês iria gerar 120 empregos diretos.

A FOLHA tentou contato com o prefeito Fabio Luiz Andrade em seu gabinete, mas sua assessoria disse que ele estava em viagem a Curitiba. Andrade não retornou as ligações.

O empresário Antonio Carlos Velasco confirmou que transferiu o maquinário da sua antiga fábrica em Dr. Camargo (Noroeste) para Porecatu após insistência de políticos da região e vereadores aliados ao prefeito. A promessa feita a ele seria da gratuidade no aluguel do imóvel e isenção na conta de luz. Segundo Velasco, seu maquinário ficou parado por quase um ano à espera da prometida reforma no barracão. "Eu iria exercer a mesma atividade, a confecção de sapato para bebê, mas fiquei muito tempo parado e precisei recuperar a clientela."

O empresário disse que nunca prometeu 120 empregos e que atua desde a metade de 2018 com uma média de oito funcionários. "É difícil conseguir mão de obra na cidade, estou precisando treinar as costureiras. Eu não sei o que fazer, entrei nessa situação de paraquedas, eu estou com documento da Câmara me cedendo o terreno por 20 anos", pontua Velasco. Ele ainda não foi notificado da decisão judicial do bloqueio de bens. O dono da construtora que fez a reforma não foi encontrado.

21 MAR 2019

FOLHA DE LONDRINA 21 MAR 2019

Senadores apresentam PEC para limitar mandato de ministros do STF

Daniel Carvalho

Folhapress

Brasília, DF - Senadores intensificaram nesta quarta-feira (20) a ofensiva contra o Judiciário com a apresentação de uma PEC (proposta de emenda à Constituição) que estabelece mandato de oito anos para integrantes do STF (Supremo Tribunal Federal).

O senador Plínio Valério (PSDB-AM) reuniu 33 assinaturas em apoio à sua proposta que define o mandato temporário para novos ministros e proíbe a recondução.

“Quando um Senador apresenta uma PEC que supostamente está confrontando ou enfrentando os ministros do Supremo, o senador está simplesmente sinalizando que esta Casa é um Poder tanto quanto o Supremo. Não há aí nenhuma retaliação”, afirmou Valério.

O projeto vem no contexto da briga travada entre Legislativo e Judiciário e que tem como principal capítulo, até o momento, a apresentação de um pedido para criação de uma CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) para investigar integrante das Cortes Superiores, a chamada CPI da Lava Toga.

O presidente do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP), resiste em intensificar o confronto. O combate ao que senadores chamam de “ativismo judicial” começou ainda em fevereiro quando, na primeira

sessão do Senado, foi desativado um projeto que proíbe o aborto. A medida foi um recado ao STF, que marcou data para tratar do assunto.

O Congresso também foi palco de discussões internas a favor da revogação da PEC da Bengala que, em 2015, elevou de 70 para 75 anos a idade de aposentadoria dos ministros do Supremo.

Se levada adiante, a manobra permitirá que o presidente Jair Bolsonaro indique quatro ministros para a Corte, em vez de dois. Ainda há na gaveta de Davi uma série de pedidos de impeachment contra integrantes do Supremo.

Na semana passada ainda houve revolta de parte do Congresso com a decisão do STF de que crimes como corrupção e lavagem de dinheiro, quando investigados junto com caixa dois, devem ser processados na Justiça Eleitoral, e não na Federal.

Outro fator foi a decisão do presidente do STF, ministro Dias Toffoli, de abrir inquérito para investigar a existência de fake news, ameaças e denúncias caluniosas, difamantes e injuriantes que atingem a honra e a segurança dos membros da corte e de seus familiares.

21 MAR 2019

FOLHA DE LONDRINA INFORME

Traiano se diz 'tranquilo' sobre Quadro Negro

O presidente da AL (Assembleia Legislativa) do Paraná, Ademar Traiano (PSDB), disse nesta quarta-feira (20) que está tranquilo quanto aos desdobramentos da Operação Quadro Negro, mesmo após a prisão do ex-governador Beto Richa (PSDB). O tucano também foi citado pelo ex-diretor da Secretaria de Educação Maurício Fanini, que firmou acordo de colaboração premiada com o Ministério Público no ano passado.

Delação de Fanini

“Estou com a consciência tranquila. Já tive a oportunidade de me manifestar sobre esse assunto e quem fala sobre isso é meu advogado. Até o presente momento não houve nada contra o deputado Traiano. É chegado o momento de cessar esse tipo de informação, porque já se condenou muita gente de forma injusta”, afirmou. Segundo Fanini, o presidente da AL pediu a empreiteiros R\$ 500 mil, que seriam usados na campanha eleitoral de 2014.

FOLHA DE LONDRINA

LUIZ GERALDO MAZZA

21 MAR 2019

Vai rolar ?

O entendimento do STF sobre crime eleitoral já beneficiou o ex-senador Lindbergh Farias. Portanto rolou. Já não se pode dizer o mesmo do pedido de CPI contra o Judiciário, que a bancada paranaense inteira do Senado assinou. Mesmo admitindo que há impedimento constitucional para a ação, o senador Flavio Arns entende que o fato abrirá oportunidade para debater competência e relações intrapoderes. Pelo jeito o que se pretende é submeter a guerra entre poderes a uma espécie de jogo da verdade, posto que mesmo nele haja, como no pôquer, o risco de blefe. O que não pode é manter-se o clima atual de lagoa parada com todos os seus agentes temendo revolver o seu fundo.

Excesso de constrangimento, até compreensível em se tratando de questão delicada e capaz de aprofundar o quadro de anomia para o campo institucional, não leva a lugar algum e até gera uma catatonia entre poderes. Tem que rolar alguma coisa, mesmo com riscos.

Obstruindo a lei

Depois desse caso envolvendo o ex-governador Beto Richa em comprovada (via depoimentos e gravações pessoais) ação obstrucionista judicial no caso da "Quadro Negro", que o levou à prisão pela terceira vez, é de pensar na extensão da medida que o beneficiou pelo STF e STJ na questão do pedágio relativamente ao "salvo-conduto" a impedir qualquer constrangimento. Se em liberdade é capaz de praticar tantos atos no sentido de destruir provas, como alegam o Ministério Público estadual e a justiça paranaense nas provas colhidas nas delações e em gravações pessoais, há um forte respaldo aquilo que criminalistas arguem relativamente às prisões prolongadas aplicadas como sistema na Lava Jato: Sérgio Cabral, ex-governador do Rio, se não ficasse na prisão durante tanto tempo, certamente haveria menos provas contra ele até porque foi apanhado com tratamento privilegiado em Bangu.

Vale tudo

Se a CPI da tal "Lava Toga" rompe regra constitucional básica e o mesmo se dá com a medida adotada pelo STF e aos cuidados do ministro Alexandre de Moraes a pretexto de investigar a origem e desdobramentos de campanhas contra magistrados tudo tende a revelar o mergulho das instituições na anomia, falta de referenciais básicos. Como esperar que num cenário desse porte possamos aspirar reformas como a da previdência. Resta um argumento: o de que somos um país de milagres como já somos, como sugeriu Belmiro Valverde Castor Jobim, o nosso derradeiro pensador, interpretados e olhados apenas por profissionais.

21 MAR 2019

FOLHA DE LONDRINA

Em 20 anos, 145 mil jovens morrem vítimas de armas de fogo

Sociedade Brasileira de Pediatria
faz um retrato da violência contra
crianças e adolescentes a partir
de dados do Sistema de
Informações sobre Mortalidade,
do Ministério da Saúde

“Quanto mais disponíveis
as armas de fogo, maior
o número de mortes”

Pedro Moraes
Reportagem Local

Casos de morte de crianças e adolescentes vítimas em incidentes que envolvem armas de fogo ocupam o noticiário nacional de forma assustadora. São várias as causas que vão desde crimes, passando pela violência urbana e suicídio. Parte significativa dessas mortes é apontada em levantamento elaborado pela SBP (Sociedade Brasileira de Pediatria), que se utiliza de dados do Sistema de Informações sobre Mortalidade, do Ministério da Saúde. O estudo aponta que

uma criança ou adolescente morre a cada 60 minutos em decorrência de ferimentos por arma de fogo. O resultado das duas últimas décadas revela uma triste realidade: mais de 145 mil jovens perderam a vida. A maior incidência dos casos envolve crianças e jovens do sexo masculino, num total de 90%. A estatística mais recente, do ano de 2016, registra 9.517 óbitos, praticamente o dobro do identificado em 1997, quando aconteceram 4.846 casos – o que representa o índice mais alto dessa série histórica. “Com 145 mil mortos, podemos falar de um grave problema de

saúde pública. É como se uma cidade de médio porte tivesse sido riscada do mapa. Esses números devem ser usados por aqueles que lutam em favor da infância e da adolescência para conscientizar a população e para cobrar respostas efetivas do governo federal, dos Estados e dos municípios”, afirmou a presidente da SBP, a médica Luciana Silva.

CONTINUA

O Paraná, por sua vez, também não tem marcas para causar orgulho e lidera com o maior número de mortos na Região Sul com 8.111 mortos no mesmo período. Já no Rio Grande do Sul foram 5.898, enquanto que em Santa Catarina o número foi de 1.627. O Estado com a pior situação é a Bahia, que concentra 14% de todos os óbitos do País. A situação nacional pode ser notada a partir do comparativo entre as regiões. O Nordeste lidera o número de mortes e contabiliza 45% do total registrado no País, seguido pelo Sudeste com 26%, Norte e Sul, com 10%, e Centro-Oeste, com 8%. O retrato das mortes no Paraná não chega a ser uma novidade para quem conhece o problema de segurança pública de perto. O coronel da reserva da Polícia Militar do Paraná Roberson Luiz Bondaruk acredita que a situação geográfica, com a fronteira, aumenta a suscetibilidade a mortes violentas. “O Estado é um corredor de contrabando de armas tanto para o porto como para outros Estados por causa da venda ilegal no Paraguai. E como é conhecido, quanto mais armas disponíveis, maior a chance de casos de violência”, ponderou Bondaruk, que atua como consultor de segurança pública e é autor de 22 livros sobre o tema.

Além dos casos fatais, a SBP ainda analisou as internações causadas a partir de ferimentos com armas de fogo. Entre 1999 e 2018 – os dados do ano passado ainda podem sofrer alteração –, em todo o País foram registradas 95.749 vítimas, no SUS (Sistema Único de Saúde). No Paraná, o número foi de 3.257

pacientes. O resultado da pesquisa indica que, a cada duas horas, em média, uma criança ou adolescente dá entrada em um hospital da rede pública com ferimento por disparo de algum tipo de arma. O impacto aos cofres públicos das internações causadas por disparos de armas de fogo nos últimos 20 anos foi de mais de R\$ 210 milhões. “Os custos diretos decorrentes desses atendimentos estão atingindo níveis recordes. Obviamente, foi um investimento para salvar vidas, o que é justificável. Porém, se esses casos tivessem sido evitados, esses recursos poderiam ter tido outro destino no SUS”, ressaltou a presidente da SBP.

HOMICÍDIO É A PRINCIPAL CAUSA

A motivação dos disparos que vitimam as crianças e adolescentes brasileiros é um indicativo sobre a real situação da segurança pública brasileira. O fato é que a análise do órgão aponta que 94% dos registros estão relacionados a homicídios. Os 6% restantes são diluídos entre suicídios, acidentes e causas indeterminadas. Já sob o aspecto das internações, o principal fator é o mesmo, no entanto, numa medida menor: 67%. Já os acidentes crescem de forma preocupante e atingem 26%. Apesar da gravidade do tema, a SBP não foi capaz de apontar medidas específicas para o combate à violência. A saída para o organismo é múltipla. “Não há solução única para um problema tão grave, mas é preciso, antes de tudo, admitir que essa situação existe e é ruim. Na esteira, surgi-

rão as propostas em termos de melhoria das políticas de educação, de esporte, de cultura, de segurança. De forma complementar, surgirão iniciativas para se cultivar o respeito, a solidariedade, a justiça, a ética e a valorização da vida humana”, apontou Silva. A secretaria estadual de Justiça, Trabalho e Direitos Humanos do Paraná foi procurada, mas não respondeu até o fechamento desta edição.

Sob o ponto de vista da segurança pública, há muito o que se discutir. Enquanto há um debate nacional a respeito da posse de armas, o secretário do Departamento de Segurança da SBP, Danilo Blank, destaca que a série histórica registra uma sensível desaceleração no total de óbitos e internações por armas de fogo no período que se seguiu à entrada em vigor do Estatuto do Desarmamento, em 2003. “Quanto mais disponíveis as armas de fogo, maior o número de mortes. Todos os esforços têm que ser empreendidos para fortalecer o Estatuto do Desarmamento no Brasil e limitar ao máximo a posse e o porte de armas de fogo”, defendeu Blank. O coronel Bondaruk faz coro ao discurso. “Há uma máxima na polícia que diz que não é possível estar perto do fogo sem se esquentar. Por isso, as armas deveriam estar restritas às Forças Armadas e às Polícias”, opinou o especialista, que acredita que o Paraná precisa de um tratamento especial em relação a isso, visto sua importância na segurança do País.

CONTINUA

21 MAR 2019

FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO

“O cuidado com a fronteira, com um tratamento especial pelo governo federal, não só melhoraria a nossa realidade como evitaria que novas armas ilegais entrassem e circulassem por todo o território brasileiro”, concluiu.

MORTES VIOLENTAS

Óbitos de crianças e adolescentes por arma de fogo no Paraná



Dados referentes a vítimas entre 0 e 19 anos

Foram consideradas causas externas de morbidade hospitalar identificadas como acidental, suicídio, homicídio, e intenções determinadas

21 MAR 2019

FOLHA DE LONDRINA

MP denuncia autor de atropelamento

Rafael Machado

Reportagem Local

O promotor Rogério Barco de Toledo denunciou nesta terça-feira (19) o motorista Rodrigo Santos Batistoni, 19, por homicídio doloso, fraude processual e omissão de socorro pelo atropelamento que matou a dona de casa Vanessa do Prado, 33, em Arapongas (Região Metropolitana de Londrina). O acidente aconteceu quando a vítima saía de uma missa com o namorado e mais um amigo.

Imagens obtidas pela Polícia Civil mostram o condutor na contramão, atingindo a mulher e fugindo sem prestar ajuda. Vanessa morreu três dias depois no Hospital Norte do Paraná. Ela deixou três filhos e foi enterrada no cemitério do Distrito de Leroville, em Londrina, onde moram alguns familiares.

Rodrigo Batistoni foi preso na casa da irmã pela Guarda Municipal de Arapongas. Em depoimento, ele disse que não queria matar a pedestre e que estava "distráido. Fiquei em pânico total. Nunca passei por isso (prisão). Não tinha bebido nada antes de dirigir."

A versão não sensibilizou o Ministério Público. Para o promotor responsável pela ação, Batistoni tentou "induzir ao erro peritos, o delegado e o juiz ao consertar os danos provocados na Saveiro pelo atropelamento, lavando e polindo o para-choque, retirando fragmentos do vidro do para-brisa rompido e arumando a tampa do compartimento do motor".

O rapaz sustenta que não estava acima do limite máximo de velocidade da rua Francelho, onde Vanessa foi atropelada. O Instituto de Criminalística diz o contrário. Segundo o laudo, o acusado trafegava a 47 km/h em uma via onde o permitido é de até 30 km/h.

A defesa do jovem, que está preso preventivamente, apontou que só irá se manifestar no processo criminal.

21 MAR 2019

O ESTADO DE S. PAULO

Judicialização crônica

Realizado pelo Insper por encomenda do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), o primeiro levantamento em escala nacional sobre a judicialização da saúde apontou um aumento de 130% dos litígios em 10 anos, em desproporção ao já acentuado crescimento da judicialização em geral (50%). Em sete anos, só o Ministério da Saúde aumentou em 13 vezes os gastos com judicialização, despendendo por ano mais de R\$ 1,6 bilhão.

O CNJ propõe algumas prescrições para racionalizar o cumprimento dos direitos constitucionais, preparando os magistrados para lidar com o aumento das demandas judiciais na área da saúde, assim como com a sensibilidade social e emocional envolvida nelas, a complexidade do ordenamento jurídico sanitário e o conhecimento das políticas públicas mais relevantes.

A pesquisa apontou baixíssimo grau de utilização, nas sentenças judiciais, das normas padronizadas pelo CNJ na área, assim como dos protocolos dos Núcleos de Avaliação de Tecnologias da Saúde, comissões multidisciplinares formadas justamente para subsidiar tecnicamente os tribunais.

No campo das políticas públicas, as principais propostas são a familiarização da população com a legislação e políticas públicas sanitárias, a articulação entre os protagonistas na judicialização da saúde, a incorporação de novas tecnologias, o fomento

às varas especializadas e o acesso a dados judiciais nos tribunais. Em especial, a promoção de sistemas extrajudiciais de mediação, como câmaras de conciliação da saúde e comitês estaduais, evitaria litígios longos e custosos para todas as partes.

Apesar de apresentar esses remédios aos sintomas, o que a pesquisa não faz (e nem pretende) é atacar a etiologia da doença. Mas o diagnóstico é bem conhecido.

Segundo a Organização Mundial de Saúde, o governo brasileiro destina à saúde 7,7% do seu Orçamento, índice próximo ao da África (6,9%) e abaixo da média mundial, de 9,9%. Dos gastos com a saúde no Brasil, 46% vêm do governo, com dinheiro do contribuinte – que arca diretamente com os outros 54%. A média mundial é de 61% para os governos e 39% para os cidadãos.

No sistema de saúde privado, o número de usuários cresce mais do que a rede privada de médicos, hospitais e laboratórios. Segundo dados da Federação Brasileira de Hospitais, entre 2010 e 2017 a rede hospitalar perdeu 430 unidades, afetando sobretudo as cidades do interior e a Região Nordeste. Os hospitais privados perderam 10% de seus leitos (31,4 mil unidades). Só para sanar esse déficit, será necessário um gasto da ordem de R\$ 30 bilhões.

Ao mesmo tempo, sobem os custos de planos de saúde, tratamentos e exames. A consequência é o aumento de litígios dos usuários contra a demora nos atendimentos e principalmen-

te a recusa à cobertura dos planos de saúde.

Mas de longe as maiores causas e consequências do mal-estar estão no setor público, que atende os três quartos da população incapazes de custear planos privados. Há décadas o sistema público sofre com a defasagem no reajuste da tabela de procedimentos do SUS, que cobre apenas 60% dos custos, sendo os 40% restantes cobertos pelas Santas Casas e por hospitais filantrópicos, responsáveis por mais da metade dos atendimentos do sistema público.

A remuneração média paga pelos planos de saúde chega a ser 1.284% maior do que os honorários recebidos por profissionais dos hospitais conveniados ao SUS, os quais são obrigados a contrair dívidas ou fechar as portas.

O problema se tornou agudo durante a gestão petista, que apostou na expansão dos planos de saúde e na diminuição dos investimentos no SUS, além de atrasar os repasses. Ao mesmo tempo que transferiu responsabilidades federais para vários programas municipais, a gestão petista diminuiu gradualmente os aportes aos Estados e municípios.

Desde o governo de Michel Temer tem-se tentado estancar essa hemorragia, com aportes e linhas de crédito à rede filantrópica. Mas, enquanto as questões estruturais, em especial o reajuste da tabela do SUS, não forem sanadas, a judicialização será uma consequência natural.

21 MAR 2019

O ESTADO DE S. PAULO

Maia ataca Moro e desqualifica pacote

Presidente da Câmara reage à cobrança do ministro da Justiça, que tenta colocar em tramitação projeto anticrime em meio à Previdência

**'(Moro) Conhece pouco a política.
O presidente é quem tem de dialogar comigo'**

Renato Onofre | BRASÍLIA

O presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), reagiu ontem a declarações do ministro da Justiça e Segurança Pública, Sérgio Moro, que cobrou o início da tramitação do pacote anticorrupção simultaneamente à discussão da reforma da Previdência. Maia afirmou que o ministro é “funcionário” de Bolsonaro e que se o governo quiser mudar a tramitação das propostas é só o presidente pedir.

“Funcionário do presidente Bolsonaro? Conversa com o presidente Bolsonaro e se o presidente Bolsonaro quiser, conversa comigo. Eu fiz aquilo que acho correto”, afirmou Maia.

Mais cedo, Moro havia participado do lançamento da Frente Parlamentar de Segurança, a chamada bancada da bala, e disse que procuraria Maia para pedir celeridade à sua proposta. “Vou conversar respeitosamente com o presidente da Casa”, disse o ministro pela manhã.

Isso porque o presidente da Câmara decidiu criar um grupo de deputados que, por 90 dias, vai analisar o projeto de Moro antes de começar a discussão em uma comissão da Casa, o primeiro passo da tramitação. A medida, na prática, “trava” a discussão das propostas.

Maia afirmou que o ministro conhece “pouco a política”. “Não estou irritado, mas acho que ele conhece pouco a política. Eu sou presidente da Câmara, ele é ministro, funcionário

Rodrigo Maia, presidente da Câmara

do presidente Bolsonaro. Então, o presidente Bolsonaro é quem tem que dialogar comigo.

Ele está confundido as bolas. Ele não é presidente da República. Não foi eleito para isso. Está ficando uma situação ruim para ele”, afirmou o parlamentar.

As “caneladas” do presidente da Câmara representam um novo revés para Moro como ministro. O ex-juiz da Lava Jato disse em mais de uma ocasião que deixou a magistratura pela possibilidade de tornar a legislação mais rigorosa e implantar medidas que ajudassem o País a combater a corrupção. Ele tem esbarado, porém, na rejeição de parte dos parlamentares, que o acusam de ter criminalizado a atividade política.

Cópia. Maia ainda acusou Moro de “copiar” uma outra proposta discutida no ano passado por uma comissão de juristas, presidida pelo ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal. “O projeto é importante. Aliás, ele (Moro) está copiando projeto do ministro Alexandre de Moraes, copia e cola. Então tem poucas novidades no projeto dele”, disse. “Vamos pensar um ou outro projeto, mas o prioritário é o do ministro Alexandre de Moraes. No momento adequado, depois de votar a Previdência, vamos votar o projeto dele. O que precisamos é que o ministério da Justiça diga, com a estrutura que tem, como enfrentar o combate ao crime organizado”.

A reação de Maia também ocorre após virar alvo de apoiadores de Bolsonaro nas redes sociais por críticas à proposta de reforma da Previdência apresentada pelo governo. Ele também causou indignação entre militares por ter afirmado, antea-temp, que a categoria chegou no “fim da festa” ao propor a reestruturação das carreiras como contrapartida a mudanças nas regras de aposentadoria.

Em nota enviada pela assessoria do ministério da Justiça, Moro afirmou que apresentou em nome do governo Bolsonaro, “um projeto de lei inovador e amplo contra crime organizado, contra crimes violentos e corrupção, flagelos contra o povo brasileiro”. “A única expectativa que tenho, atendendo aos anseios da sociedade contra o crime, é que o projeto tramite regularmente e seja debatido e aprimorado pelo Congresso Nacional com a urgência que o caso requer”, disse.

“Talvez alguns entendam que o combate ao crime pode ser adiado indefinidamente, mas o povo brasileiro não aguenta mais”, afirmou o ministro. “Essas questões sempre foram tratadas com respeito e cordialidade com o Presidente da Câmara, e espero que o mesmo possa ocorrer com o projeto e com quem o propôs. Não por questões pessoais, mas por respeito ao cargo e ao amplo desejo do povo brasileiro de viver em um país menos corrupto e mais seguro”, completou.

21 MAR 2019

O ESTADO DE S. PAULO

PRONTO, FALEI!



Felipe Santa Cruz

Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB)

“É assunto para o Judiciário brasileiro milícias digitais que buscam cercear o debate de ideias do País”, sobre inquérito aberto por Dias Toffoli contra notícias falsas.

Fachin reconduz Cristóforo à Câmara Municipal

O ministro do Tribunal Superior Eleitoral Edson Fachin reconduziu ontem o vereador Camilo Cristóforo (PSB) ao cargo na Câmara Municipal de São Paulo. A extinção do seu mandato havia sido determinada pela Câmara, que agora cumprirá a decisão de Fachin.

21 MAR 2019

JORNAL DO ÔNIBUS

Homem deve pagar indenização por transmitir HIV a ex-mulher



Em decisão inédita, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) decidiu que um homem deve indenizar a ex-mulher, com quem manteve união estável por 15 anos e teve três filhos, em R\$ 120 mil por danos morais em decorrência de tê-la infectado com o vírus HIV.

O caso, que tramitou sob sigilo, foi julgado nesta terça-feira (19) na Quarta Turma do STJ. O relator, ministro Luís Felipe Salomão, destacou que a responsabilidade civil do homem decorre do fato de que ele sabia ser soropositivo e de que adotava comportamento de risco, mantendo relações extraconjugais, sem o conhecimento da companheira.

“O parceiro que suspeita de sua condição soropositiva, por ter adotado comportamento sabidamente temerário (vida promíscua, utilização de drogas injetáveis, entre outras), deve assumir os riscos de sua conduta”, disse Salomão durante o julgamento. ■

21 MAR 2019

JORNAL DO ÔNIBUS

Definidos delegados para inquérito sobre ofensas



O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), designou ontem dois delegados que vão conduzir a investigação aberta pela Corte para apurar notícias falsas (fake news) e ofensas contra os ministros nas redes sociais. Vão participar das investigações os delegados Alberto Ferreira Neto, da Polícia Federal, e Maurício Martins da Silva, da Divisão

de Inteligência da Polícia Civil de São Paulo.

Na decisão, Moraes disse que o inquérito também vai apurar ameaças à segurança dos integrantes da Corte e seus parentes, vazamento de documentos sigilosos e a suposta existência de um esquema de financiamento para divulgação em massa nas redes sociais de mensagens para "lesar a independência do Poder Judiciário e o Estado de Direito".

RECURSO CONTRA A PRISÃO

A defesa do ex-governador Beto Richa (PSDB) entrou ontem com recurso no Tribunal de Justiça do Paraná contra a prisão do tucano em nova fase da Operação Quadro Negro. Richa foi preso sob a acusação de obstrução da Justiça, por supostamente ter tentado "comprar" o silêncio do delator do caso, o ex-diretor-geral da Secretaria de Estado da Educação, Maurício Fanini, além de agido para destruir provas e atrapalhar a investigação.

REAÇÃO DE GILMAR

O ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal (STF), fez uma representação contra o senador Jorge Kajuru (PSB/GO) ao presidente do tribunal, ministro Dias Toffoli. No documento, que foi protocolado ontem, Mendes cita trechos de uma entrevista do senador à Rádio Bandeirantes no domingo (17). O senador diz que Mendes é sócio dos ex-governadores tucanos Beto Richa, Aécio Neves (MG) e Marconi Perillo (GO)